

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes —
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin —
Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) —
Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. —
Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 115.ª Sessão (Extraordinária)) Realizada em 25 de Junho de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Sebastião Rodrigues Júnior e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumort, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Antônio Maciel e Wilson Brandão (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 136-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 268-66, de autoria do ex-Deputado Olívio Belich, que concede pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à menor Alba Cardoso Ramos, órfã de pai e mãe. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 140-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 116.ª Sessão Ordinária Realizada em 25 de Junho de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumort, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Antônio Maciel e Wilson Brandão (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a Proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

MENSAGENS:

MENSAGEM

55/73

Curitiba, 13 de junho de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar na lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, que dispõe sobre a criação da Empresa Paranaense de Turismo, dispositivo expresso segundo o qual a referida Empresa tem também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios.

A principal justificativa ao Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis decorre do fato da PARANATUR possuir em seu patrimônio a estância hidromineral de Santa Clara, onde existe fonte de água mineral, que, para ser explorada por aquela Empresa, depende, conforme exigência do Órgão competente do Ministério de Minas e Energia, do dispositivo de lei consubstanciado no anexo anteprojeto.

Para maiores e mais detalhados esclarecimentos sobre o assunto é anexada cópia autêntica do Ofício n.º 097-73, da superintendência da PARANATUR.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA**
Governador do Estado

ANTE PROJETO DE LEI

Art. 1.º — O art. 9.º, da Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, fica acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

§ 3.º — A Empresa Paranaense de Turismo terá também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios em todo o território nacional, com empresa de mineração.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO N.º 097/73-SUP.

Curitiba, 9 de março de 1973.

Encaminhe-se mensagem.

Em: 4-5-73

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Senhor Secretário:

Pelo presente, temos a elevada satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, proposta sobre Alteração dos Estatutos da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, para funcionar, também, como Empresa de Mineração, proposição esta, discutida e aprovada em Reunião do Conselho Paranaense de Turismo — CEPATUR, realizada em 28 de fevereiro-1973, cuja matéria, segundo entendimentos, deverá ser apreciada pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Antecipadamente agradecidos pela atenção de Vossa Excelência, servimo-nos do ensejo, para manifestar nossas expressões de elevado apreço e dislinguida consideração.

Cordiais Saudações

GILBERTO DE ABREU PIRES

Superintendente

Excelentíssimo Senhor Doutor IVO SIMAS MOREIRA

Secretário de Estado dos Negócios do Governo.

N/CAPITAL

Senhor Presidente e demais membros do Conselho Paranaense de Turismo. A Superintendência da Empresa Paranaense de Turismo, após estudos elaborados pelo Bacharel Antonio Carlos Suplicy de Lacerda, atualmente exercendo as funções de Consultor Jurídico da PARANATUR, chegou a conclusão, de que deverá sofrer alteração a Lei n.º 5948 de 27 de maio de 1969, que criou o Conselho Paranaense de Turismo e a Empresa Paranaense de Turismo, em seu art. 9.º, onde deverá ser incluído mais um parágrafo, nos seguintes termos:

“§ 3.º — A Empresa Paranaense de Turismo, terá também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios em geral em todo o território nacional, como empresa de Mineração”.

Justifica a Consultoria Jurídica da Empresa a proposição, baseada no art. 1.º, do Decreto Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Decreto-Lei n.º 1.985 (código de minas) de 29 de dezembro de 1940.

O referido art. dispõe:

Art. 1.º. o aproveitamento das jazidas depende de Alvará de Autorização de Pesquisa, do Ministro das Minas e Energia; e de Concessão de Lavra, outorgada por Decreto do Presidente da República, atos estes conferidos, exclusivamente, a brasileiros, ou a sociedade organizada no País como Empresa de Mineração.

Tendo sido incorporada ao patrimônio da PARANATUR, a estância hidromineral de Santa Clara, pela escritura pública lavrada no 12.º Tabelião da Capital, e havendo naquele local, uma fonte de água mineral, classificada no Código de Minas, em seu art. 5.º, como sendo uma jazida de águas minerais, de VIII classe, necessário se torna, para que a Empresa Paranaense de Turismo possa vir a explorá-la, que seja alterada a sua finalidade, para além de Empresa de Turismo, também Empresa de Mineração, para os efeitos de registro no Ministério da Indústria e Comércio, representado no Paraná, pela Junta Comercial do Estado, e finalmente para efeito de obtenção junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia do respectivo ALVARÁ, para funcionar como Empresa de Mineração.

É de se esclarecer, nesta oportunidade, que de acordo com o Decreto-Lei n.º 277 de 28 de fevereiro de 1967 (novo Código de Mineração, o direito de prioridade para a pesquisa e posterior lavra de qualquer substância mineral, e a precedência de entrada do requerimento no Departamento Nacional de Produção Mineral, designando-se por prioritário o respectivo requerente, pois bem; até o mês de dezembro próximo passado, por falta de esclarecimentos necessários, esta Empresa, nem mesmo o próprio Governo do Estado, haviam tomado quaisquer providências no sentido de se requerer as jazidas de Santa Clara, estando assim, sujeitos a perder a concessão para qualquer outra pessoa que viesse a requerê-la.

As providências cabíveis já foram tomadas por esta Superintendência, junto ao D.N.P.M., do Ministério das Minas e Energia, onde já se deu entrada à petição para pesquisa da referida jazida, e, com a colaboração do BADEP, está se efetuando o levantamento geológico da área de Santa Clara, para complementação da documentação exigida pelo Código de Mineração, através de Geólogo e Engenheiro de Minas.

Assim sendo, é a presente proposição da Superintendência, para que o E. Conselho, envie expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando o envio de Mensagem Governamental à Assembléia Legislativa do Estado, incluindo o § 3.º ao art. 9.º da Lei n.º 5.948 de 27 de maio de 1969, com o que ficará totalmente normalizada a situação da PARANATUR, com respeito a Estância Hidromineral de Santa Clara.

Curitiba, 12 de fevereiro de 1973.

GILBERTO DE ABREU PIRES — Superintendente.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

56/73

Curitiba, 13 de junho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, Palmitar, São Miguel do Iguaçu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Cascavel, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de Cascavel, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Pedro Buffato, Prefeito Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117, da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64, de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal n.º 1003/72, de 14.12.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente "termo de convênio", estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56). nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Cascavel, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade e Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.
E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Edifício da Prefeitura Municipal, Cascavel, 7 de fevereiro de 1973.

aa) Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Pedro Buffato — Prefeito Municipal

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Curiúva, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 15 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Leony Mainardes Rosa, Prefeito Municipal de Curiúva, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56). nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Curiúva, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 15 de fevereiro de 1973.

aa) Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Leony Mainordes Rosa — Prefeito Municipal de Curitiba

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE COINGONHINHAS

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Congonhinhas - Pr., com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 15 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presente o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Joaquim Canedo da Silva, Prefeito Municipal de Congonhinhas - Pr., tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Congonhinhas - Pr., em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos, consignados atualmente, digo proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 15 de março de 1973.

aa) Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Joaquim Canedo da Silva — Prefeito Municipal de Congonhinhas - Pr.

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Termo de Convênio que entre si fazem, a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 13 (treze) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ervelino Coletti, Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 13 de março de 1973.

aa) **Mário Carneiro Portes** — Secretário de Segurança Pública
Ervelino Coletti — Prefeito Municipal de Dois Vizinhos
 (Ass. ilegível) — Testemunha
 (Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Carlos Gonçalves Siqueira, Prefeito Municipal de Palmital, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios Estadual e o Artigo tendo em vista a autorização governamental datada de 21.VII.72, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL, (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Policial Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Palmital, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas; filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA: — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

MÁRIO CARNEIRO PORTES

Secretário de Segurança Pública

CARLOS GONÇALVES SIQUEIRA

Prefeito Municipal de Palmital

as. **ilegível**

Testemunha

as. **ilegível**

Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 22 (vinte dois) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ferdinando Felício Pagot, Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.7.72, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL, (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Policial Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas; filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA: — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 22 de março de 1973
MARIO CARNEIRO PORTES
Secretário de Segurança Pública
FERDINANDO FELICIANO PAGOT
Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu

as. ilegível
Testemunha
as. ilegível
Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO

Termo do Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze dias do mês de março do ano de mil, novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Narciso de Aviz, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 — (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.48) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.07.1972 resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL, (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Policial Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item “b” do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas; filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA: — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade sibatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas

cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de março de 1973
MARIO CARNEIRO PORTES
Secretário de Segurança Pública
NARCISO DE AVIZ
Prefeito Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo

as. ilegível
Testemunha
as. ilegível
Testemunha
A Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 156, 157 e 158-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

16-73: Do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Sabáudia, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6408. Agradeça-se.

37-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob n.º 22-73, que objetiva alterar a redação do artigo 1.º, da Lei n.º 6.102, de 27.5.70, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.409. — Agradeça-se.

211-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 63-72 que alinea ao Município de Piraí do Sul, mediante avaliação, o imóvel de propriedade do Estado, situado no km 156 da estrada do Cerne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Piraí naquele Município, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.410. — Agradeça-se.

Sob o n.º 155-73 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o projeto de Lei n.º:

100-72: Dos Senhores Deputados Armando Queiroz, Borsari Netto e Luiz Soares, que visa sobre a Lei Orgânica dos Municípios, tendo o veto apostado incidido sobre o item V do artigo 55; artigo 67 e seus itens e parágrafos; parágrafo único do artigo 96 e artigo 109. Foram ainda, vetadas as expressões “pública” do item IV, in fine, do artigo 18: “privado, se houver interesses, ou doá-los no caso de bens comuns”, do item VIII do artigo 18: “Em terrenos particulares, obedecida a legislação Federal”, do item XII do artigo 18, “Mediante fiscalização do órgão estadual competente”, do item XX do artigo 18: “pública” do artigo 23; “ou pelo Presidente” do artigo 42; “e controle de loteamentos”, da letra a, item I do Artigo 45, “em razão de morte, renuncia” do artigo 53; “ou militar” do artigo 74; e “ressalvando o disposto no item VIII do artigo 59” constantes do item I do artigo 106. — A C.C.J.

Sob o n.º 159, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.ºs.

75-72: Dos Senhores Deputados Odilon Reinhardt e Marciano Baraniuk, que visa a construção de uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri na estrada que liga o Município de Umuarama e Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia e Assis Chateaubriand. — A C.C.J.

Sob o n.º 72-73, do Senhor Vereador Ismael Tibiletti, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas comunicando haver sido aprovado requerimento de autoria do Senhor Vereador Samuel Rodrigues Moreira. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 029-73, do Senhor Vereador Sadi José Bertol, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, comunicando que em data de 8 do mês próximo passado, usando da palavra a Senhora Vereadora Ivone de Souza, propôs em Plenário daquela Câmara, voto de louvor ao Senhor Deputado Ivo Thomazoni e Antonio Lopes Junior. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

OFÍCIO N. 232-73-Lid. Gov.

Curitiba, 25 de julho de 1973.

Senhor Presidente:

A Liderança do Governo desta Casa, pelo presente, comunica ao Plenário e à Comissão Executiva a designação dos Senhores Deputados Armando Queiroz de Moraes, Francisco Borsari Netto e Fabiano Braga Cortes, para, juntamente com o Deputado Paulo Poli, funcionarem, na forma regimental, como Vice-Líderes do Governo desta Assembléia Legislativa.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Máximo Pinheiro Lima.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Armim Matte, ocorrido no dia 22 do corrente, em acidente automobilístico.

José Armim Matte, foi Prefeito Municipal de Chopinzinho por dois mandatos, ocasião em que realizou uma obra administrativa admirável credenciando-o como um dos grandes administradores de todo o Sudoeste do Estado. Político militante da Arena, desfrutava de prestígio inigualável no Município de Chopinzinho e projetava a sua imagem de homem público idealista e realizador em toda a região. O seu passamento abre uma lacuna impreenchível no quadro político e social de Chopinzinho.

Homem público exemplar, José Armim Matte era, também, um exemplo de chefe de família responsável e de chefe de empresa particular. Desbravador do Sudoeste do Paraná, lá apontado na época de grandes dificuldades, trouxe para Chopinzinho a tenacidade do gaúcho que era por nascimento, vencendo na livre iniciativa e se transformando em um dos maiores industriais e pecuaristas da região.

Requer-se, ainda, seja do presente dado conhecimento integral à família enlutada, ao Senhor Carlos Cenci, Prefeito Municipal de Chopinzinho ao Senhor Presidente da Câmara de Vereadores daquela localidade bem como ao Diretório Municipal da Arena.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Armando Zonato, ocorrido nesta Capital, no dia 7 do corrente mês.

O extinto foi fundador do Município de Corbélia, tendo deixado viúva a Senhora Iracema Zonato e os seguintes filhos: Elmar Japeter, Elba Lidis, Eneida, Edila, Eden Ricardo, Elcio, Emir, Ecelso, Eliana e Maria Helena.

Da decisão do Plenário, requer, outrossim, seja dado ciência à família enlutada, que reside em Corbélia.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973.

(a) — Fuad Nacli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares requer, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Eleutério Galdino de Andrade, ocorrido dia 17 próximo passado nesta Capital.

Eleutério Galdino de Andrade, chefe de tradicional família paranaense, homem público que muito serviço prestou ao seu Estado. Foi duas vezes Prefeito de Peabirú e uma vez Prefeito em Roncador, tendo feito excelente administração em ambos os Municípios.

Requeiro, outrossim, após aprovação deste Requerimento se dê ciência à família enlutada, residente nesta Capital à Praça General Osório, 455 — 18.º andar, apartamento n.º 181.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973.

(a) — Paulo Poli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção de um voto de pesar, na Ata dos trabalhos de hoje, pelo falecimento, ocorrido ontem, do Sr. Franco Farinacci, Cônsul Geral da Itália no Paraná e Santa Catarina.

O Sr. Franco Farinacci nasceu em Cremona, Itália, em 7 de maio de 1911, e era filho do Sr. Roberto Farinacci, que desempenhou elevadas funções no Governo do Sr. Benito Mussolini. Iniciou sua carreira diplomática em 1938, tendo prestado serviços em 14 sedes de embaixadas.

Casado com a Sra. Marion Farinacci, o extinto deixa dois filhos: Próspero Alexi, com 29 anos e Roberto Francesca, com 25.

No período em que exerceu suas atividades em Curitiba, procurou estreitar os laços de amizade e afetividade da colônia italiana com o povo paranaense, onde deixa elevado número de amigos e admiradores.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e ao Consulado Geral da Itália, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro de um voto de regozijo pela criação, por S.S. o Papa Paulo VI, das Dioceses de Umuarama e de Cornélio Procopio, em atenção aos reclamos das populações dessas regiões, que aspiravam pela presença permanente de seus Pastores no seu seio.

Esse voto é extensivo às nomeações, igualmente por ato do Pontífice Romano, do ilustre Bispo D. José Joaquim Gonçalves, para a Diocese de Cornélio Procopio, do Padre José Maimone, para Bispo de Umuarama e do Cônego Albano Cavallin, para Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Curitiba.

Requer, também, que deste pedido seja dado conhecimento aos prelados aqui mencionados.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973.

(a) — Borsari Neto.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que o Senhor Secretário de Educação e Cultura determine que a Biblioteca Pública do Paraná funcione diariamente até às 22,00 horas, inclusive aos sábados e domingos.

JUSTIFICATIVA:

Esta medida prende-se ao fato que aos sábados o atendimento vai somente até às 16,00 horas e aos domingos, a Biblioteca Pública do Paraná, não funciona. Isto vem prejudicar os estudantes carentes de recursos; aqueles que trabalham a semana toda e só têm tempo para fazer seus trabalhos de pesquisa, nos fins de semana.

E, com esta medida, será solucionado o problema da mocidade estudantil que luta para melhorar o nível cultural no Paraná, o que impulsionaria, ainda mais, o desenvolvimento de todo o Estado.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973.

(a) — Antonio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

Em 1967, surgiu em Cornélio Procopio, um movimento para a instalação de uma Diocese, que pudesse com maior facilidade, dar atendimento a uma extensa região, que abrange 17 Municípios num total de mais de 320 mil habitantes.

Geograficamente, dentro das condições que melhor atendimento poderia dar a população católica, prevaleceu a ideia que a nova Diocese, a ser desmembrada de Jacarezinho, seria localizada em Cornélio Procopio. Para tanto, naquela oportunidade, o vigário Padre Conrado Walter e o Prefeito Municipal, lideraram movimento que contou com a colaboração de toda a população.

Recursos foram arrecadados de particulares, para a construção da sede do futuro Bispoado. Assim, já no final do mesmo ano era iniciada a construção. O local escolhido, recaiu na parte alta da cidade, como que propiciando, a oportunidade, para que todas as manhãs. Sua Excelência Reverendíssima pudesse com um simples olhar dominar o panorama da cidade, derramando suas profícuas e benéficas bênçãos. O terreno foi, generosamente, oferecido pelo senhor Luiz Pereira Borges. Estava dado o primeiro passo para a realidade. Hoje, passados seis anos, o grande momento chegou, quando foi oficialmente comunicado a nomeação do primeiro Bispo da nova Diocese de Cornélio Procopio que recaiu na figura ilustre e querida de Dom Joaquim Gonçalves, atualmente Bispo Auxiliar de nossa Capital.

Considerando, a girante responsabilidade, que representa a nova Diocese para toda a comunidade paranaense, a nomeação recaiu num dos prelados mais ilustres, cuja folha de serviços prestados a toda comunidade, ultrapassar as fronteiras de nosso Estado.

Dom José Joaquim Gonçalves que exerce até o momento o honroso cargo de Bispo Auxiliar de Curitiba, responde com extraordinário sucesso pelo setor da comunicação e promoção humana.

Por tudo isso, a comunidade católica da nova Diocese de Cornélio Procopio se sentiu generosamente premiada, razão pela qual temos a honra de solicitar dos ilustres Senhores Deputados o indispensável apoio, para que se registre nos Anais desta Casa voto de louvor e regozijo, pela instalação da Diocese de Cornélio Procopio, e a nomeação de seu primeiro Bispo, Sua Excelência Reverendíssima Dom José Joaquim Gonçalves.

Requer, ainda, que da decisão seja dado ciência à Suas Excelências Reverendíssimas, Dom José Joaquim Gonçalves, Dom Pedro Felipak, Bispo de Jacarezinho e Padre Conrado Walter, vigário de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1973.

(a) Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência do Plenário, seja enviado apelo ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundepar, no sentido de que aquela autoridade estadual providencie, com urgência, as reformas necessárias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Oscar Gayer" no Município de Bituruna.

Justifica-se o presente Requerimento, Sr. Presidente, pelo fato de que, constituído no governo do Sr. Moyses Lupion, o G.E. "Oscar Gayer", jamais em tempo algum recebeu qualquer reparação em seu prédio, que, atualmente, merece esta falta de atendimento, se encontra quase na iminência de ruir.

No pronto atendimento, por parte da Fundepar, ao fato, evitaria dissabores futuros e evitar-se-ia uma solução de continuidade naquele estabelecimento escolar.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja autorizado a representar esta Assembléia Legislativa no Congresso Internacional do Lyons Club, a realizar-se em Miami — Flórida — U.S.A. no período de 23 de junho a 07 de julho de 1973, no qual pela primeira vez um brasileiro concorrerá ao cargo de Presidente do Lyons Club Internacional.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973.

(a) Aryzone Araújo

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez em toda a história do Lyons Club, um brasileiro concorrerá com grande chance a Presidência do Lyons Club Internacional, assim sendo, será necessária uma representação brasileira numerosa ao referido Congresso, onde tentaremos conseguir esse mais elevado Posto dentro da nossa organização. Esse o motivo principal que leva-me solicitar essa autorização para representar nossa Augusta Casa.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário, desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR —, solicitando-lhe determine estudos visando a implantação de uma Estância Hidro-Mineral na cidade e Município de Castro, neste Estado, bem como sua inclusão no roteiro e no calendário turístico oficial.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 22 de junho de 1973

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Na sede do Município de Castro e no Distrito de Abapã, há ocorrência de fontes de água termal, de natureza sulfurosa e alcalina que, submetida à análise revelou características físico-químicas e composição química que lhe conferem qualidade terapêuticas, já confirmadas por habitantes da região que da mesma servem com habitualidade.

Não obstante as diversas fontes apresentarem condição — pelo volume de produção —, de serem aparelhadas para exploração em escala comercial, o Município e a cidade de Castro não têm condições de investimento para o setor, perdendo-se, assim, um enorme potencial turístico de toda a região e privando do consumo benéfico daquela água muitas pessoas que do mesmo necessitam para conseguirem alívio de seus males.

Entendemos que a Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR —, poderia, perfeitamente, promover a implantação de uma Estância Hidro-Mineral na cidade de Castro, explorando as fontes comercialmente e, em seguida, incluir o Município no roteiro e no calendário turístico oficial do Estado, eis que, aquela cidade, pelo seu passado histórico de berço do paranismo; pela sua tradição de riqueza na mineração aurífera do rio Iapó; pelas ruínas da Fazenda Fortaleza, do celebrado Sargento-Mór Félix, conquistador dos campos termais e, finalmente, pela condição de ex-Capital do Estado do Paraná, a cidade de Castro, repetimos, pode figurar com destaque entre as atrações turísticas regionais e um bem organizado roteiro poderia carrear para a região significativa importância a ser dispendida pelos visitantes em hotéis, restaurantes e no comércio — especialmente o artesanal — típico, o que ressaltaria em pouco o investimento que ali viesse a ser realizado.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR —, solicitando-lhe determine

realização de estudos visando a instalação de um Pôsto Telefônico no Distrito de Calógeras, Município de Arapoti, neste Estado.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de junho de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Calógeras, no Município de Arapoti, não obstante esteja atravessando fase de intenso progresso demográfico e econômico, encontra-se virtualmente isolado não só do Município-sede como de todo o Estado do Paraná, eis que não conta sua população, com nenhum meio de comunicação que lhe possa socorrer nas necessidades emergenciais ou não. A Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR —, que vem imprimindo uma dinâmica na expansão de sua rede telefônica, poderia, sem maiores ônus para a empresa, promover a criação e instalação de um Pôsto Telefônico no Distrito de Calógeras, medida que viria atender às justas reivindicações dos moradores da região e promoveria a integração da mesma, no setor das comunicações, com as demais cidades do Estado.

Para que seja concretizada a medida encarecida no presente Requerimento a Prefeitura Municipal de Arapoti, ciente a importância do Distrito de Calógeras e da oportunidade de reivindicação de seus moradores, estaria, inclusive, disposta a colaborar no que a TELEPAR entender necessário, podendo, se for o caso, doar à Companhia o imóvel — terreno —, para construção do Pôsto Telefônico e outras facilidades que possam vir a ser julgadas necessárias.

O Exmo. Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas e o Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, certamente compreenderão o alcance da providência solicitada e encontrarão, dentro do plano de trabalho da entidade, um modo de atendê-la sem que o esquema total de ampliação da rede telefônica sofra qualquer retardamento. Por esses fatos e por outras que o espírito público dos Nobres Deputados certamente acrescentará à justificativa, estamos certos que contaremos com o honroso e indispensável apoio a este Requerimento, da parte dos ilustres Pares.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 140-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio na cidade e Município de Pérola, neste Estado, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974, próximo vindouro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pérola, criado através da Lei 5395, de 14 de setembro de 1966, conta atualmente com 36.000 mil habitantes, um comércio ativo e uma agro-indústria progressista, e um orçamento anual da ordem de Cr\$ 2.630.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta mil cruzeiros).

Com uma rede municipal integrada por 38 estabelecimentos primários e dois ginásios estaduais, o Município de Pérola, conta, atualmente, com 5.631 alunos cursando o primeiro grau e 120 matriculados no curso de segundo grau e, não obstante, por uma série de fatores estruturais não conta com nenhum estabelecimento de formação profissional de nível médio, o que faz com que significativo contingente de estudantes após o término do curso ginasial, ou interrompa seus estudos, ou, numa alternativa que depende principalmente da situação econômica de suas famílias, se desloque para outros centros regionais, para aquisição de instrução técnica que lhes possibilite realização pessoal e afirmação comunitária.

Entendemos que o Governo do Estado poderia, sem maiores dificuldades, criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Pérola, ensejando à mocidade estudiosa local auferir conhecimento técnico-profissional no lugar de domicílio, constituindo-se a decisão em fator positivo para melhor assimilação dos currículos ministrados, além de ser incentivo poderoso para o desenvolvimento de toda a Região.

Por outro lado, havendo o Governo Federal outorgado à Campanha Nacional de Escolas de Comunidades Faculdade para firmar acordos com o governo-estaduais ou e municipais para instalação de unidade de ensino profissional técnico de nível médio, entendemos que não haverá maiores obstáculos ao Poder Executivo para concretizar a medida ora proposta e assim, atender à justa reivindicação do povo de Pérola.

Encareço aos Nobres Deputados o honroso e indispensável apoio ao presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 13-73, que aprova Convênio celebrado em 26.10.72, entre o Ministério da Saúde, Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londrina, objetivando estabelecer normas para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado, como específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de outubro de 1972 entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londrina, objetivando estabelecer as bases para o desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná, através da execução de

programas assistenciais e contribuições financeiras.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 14-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando a execução do Programa de Vias Expressas — PROGRES — conforme Decreto Federal n.º 71.273 de 30-10-72. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 22 de novembro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando estabelecer normas de cooperação entre o Governo Federal e o do Estado, para execução do Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES, consubstanciado no Decreto Federal n.º 71.273, de 30 de outubro de 1972. revogadas as disposições em contrário.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 23-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Londrina, objetivando organizar o Serviço de Rádio Patrulha naquele Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do convênio celebrado em 25 de outubro de 1972, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Londrina, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 36-73, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico "Dr. Felix do Rego Almeida". **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207-72, de autoria do Dep. Arizzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que partindo de Realiza passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15-73, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para alienar bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 46-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) mensais, os vencimentos dos Cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em regime de urgência. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que atualiza o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, do Distrito do mesmo nome, Município de Cascavel. Parecer **Contrário** da C.C.J. e pareceres favoráveis da C.I.P. e C.F., Com emenda substitutiva. **Aprovado, com emenda substitutiva, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172-72, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Musicoterapia do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14-73, de autoria do Dep. Quiêse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, o "Instituto Cultural Filadélfia", da Cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública a Associação "Centro de Movimento Social de Bateias", com sede e foro no Distrito de Bateias, Município de Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42-73, de autoria do Dep. Quiêse C. da Silva, que declara de Utilidade Pública, o "Centro Social Santa Tereza", com sede na Cidade de Ampere. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 101-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa para instalação de um aparelho de abreuografia na Unidade Sanitária daquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 103-73, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negó-

cios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de Serviço Médico Integrado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 1-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Convenção Batista Paranaense, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 1-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Convenção Batista Paranaense, com sede em Curitiba — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1972.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício e documentos anêxos ao presente projeto, vê-se que a Convenção Batista Paranaense é uma entidade própria, com sua personalidade jurídica caracterizada pelo registro dos estatutos em Curitiba, no 1.º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob n.º 1157, do livro "A".

Com sua sede em Curitiba, a organização atualmente congrega cerca de 13.000 membros em 99 Igrejas espalhadas por todo o Estado. Fundada em 1902, desde então, vêm os Batistas Paranaenses contribuindo decisivamente para o soerguimento espiritual e material do povo.

Exercendo um trabalho integral, segundo os ensinamentos de Cristo, a Igreja Batista não descuida de sua contribuição complementar à coletividade com o atendimento também educacional, salutar e de assistência social. Este trabalho de manutenção e coordenação das obras é equacionado e mantido pela Convenção Batista através dos seguintes empreendimentos:

1) — Um educandário para menores abandonados, já declarado de Utilidade Pública Estadual e Municipal, o conhecido Lar Batista Paranaense, com sede em Londrina, onde funciona há mais de 20 anos, abrigando atualmente cerca de 55 crianças;

2) — Duas Escolas Rurais em Itaipu e Potinga no Município de Guaraqueçaba;

3) — Um dispensário médico, com uma enfermeira própria, residente na região litorânea de Tagaça — Município de Guaraqueçaba, com um atendimento de aproximadamente 400 (quatrocentas) pessoas mensalmente;

4) — Um Instituto Teológico, com pensionato para moças e rapazes que cursam as escolas seculares, que abriga atualmente cerca de 100 (cem) jovens;

5) — Um Departamento do Serviço Social para atendimento e encaminhamento de enfermos aos hospitais diversos;

6) — Um jornal de grande tradição — O Batista Paranaense, com informações denominacionais e gerais, sob a sábia redação do Professor Xavier Assumpção, com registro no DNPI sob n.º 732.860 — classe 32;

7) — Mantenedora de um Departamento Jurídico próprio;

8) — Mantenedora finalmente de uma série de programas radiofônicos do mais alto conteúdo moral e espiritual para o povo;

Por isso tudo, e muito mais que poderia ser enumerado, a Convenção Batista presta reais e inequívocos serviços de utilidade pública, e, seu reconhecimento por esta Assembléia, viria de encontro aos reais benefícios que tem prestado à coletividade paranaense.

Cumprindo também outro requisito estabelecido para a declaração de utilidade pública, que é a gratuidade de todos os membros de sua Diretoria (art. 13.º § único dos estatutos), a Convenção está em condições de merecer o reconhecimento proposto, razão pela qual espero a aprovação unânime da Casa:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 1-73

AUTOR: — Dep. Igo Losso

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a Convenção Batista Paranaense

PARECER:

1 — O projeto, quando de sua apresentação, obedeceu os requisitos contidos no Regimento Interno desta Assembléia.

2 — Apresentada a documentação necessária, não há óbice de natureza legal que se lhe possa antepor.

3 — Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 1-73

AUTOR: — Deputado Igo Losso

SÚMULA: — Declara de utilidade pública a Convenção Batista Paranaense.

PARECER:

1. Trata o presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Igo Losso, de declarar de utilidade pública a Convenção Batista Paranaense, com sede nesta Capital.

2. A matéria, sobre a qual já opinou a douta Comissão de Constituição e Justiça, merece acolhida nesta Comissão de Finanças, por inexistir implicações de ordem financeira.

3. Isto posto, o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), à Edwírges Vitoslaswsky, ex-Professora Pri-

mária do Município de Almirante Tamandaré. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 7-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a senhora Edwírges Vitoslaswsky, ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de 3 de 1973.

(a) Deputado Cândido M. M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Edwírges Vitoslaswsky lecionou durante 8 (oito) anos, no Município de Almirante Tamandaré, tendo sido exonerada no ano de 1950, sem qualquer justificativa; e com o presente plano de Lei, objetivamos amparar a situação precária em que se encontra a referida senhora, visto que a mesma atualmente sofre das faculdades mentais e sem condições de prover a sua própria subsistência.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição aos ilustres Pares, esperando que se dê o devido apoio e consequentemente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 7-73

AUTOR: — Deputado Cândido M. M. de Oliveira

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a Senhora Edwírges Vitoslaswsky, ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré.

PARECER

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Cândido M.M. de Oliveira, objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Senhora Edwírges Vitoslaswsky, ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré.

O Projeto de Lei em análise é apenas "autorizativo", não ferindo, portanto, nenhum permissivo constitucional.

Isto posto e pelo mais que dos autos consta, objetiva o presente Projeto amparar a situação precária em que se encontra a referida Senhora que sofre das faculdades mentais e sem condições de prover a sua própria subsistência.

Assim, entendemos ser o Projeto de Lei referido legal e constitucional, tendo condições para ser discutido, votado e aprovado pelo ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa.

É o parecer.

(aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

Ovídio Franzoni

Wilson Fortes

Eroindy Silvério

Igo Losso

Quiêse C. da Silva

Paulo Camargo

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 7-73

AUTOR: — Deputado Cândido M.M. de Oliveira

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00, a Senhora Edwírges Vitoslaswsky.

PARECER

1) — O Projeto, meramente autorizativo, já recebeu o competente parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

2) — Quanto ao aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão, nenhum impedimento existe, devendo a referida despesa ocorrer através de verba própria para tal aplicação, constante do Orçamento Geral do Estado.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

(aa) Quiêse C. da Silva — Presidente

Álvaro Dias — Relator

João Fadel

Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10-73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na Cidade de Cambira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 10-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Cambira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de março de 1973

a) Deputado Gilberto R. Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, é uma entidade civil, com sede e foro na cidade de Cambira, sem fins lucrativos, tem como objetivos: a assistência médica, alimentar, proteção e educação, higiene da maternidade e da infância e as crianças órfãs abandonadas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à perversão e ao crime por falta de amparo, recolocando-as no meio familiar e o internamento hospitalar.

Pelas nobres e meritórias finalidades, temos a certeza de que este projeto haverá de merecer o apoio e a aprovação da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 10-73

AUTOR: Deputado Gilberto Carvalho

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na Cidade de Cambira.

PARECER

Propõe o nobre Deputado Gilberto Carvalho, pelo presente plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro na Cidade de Cambira.

Referida Associação tem por finalidade a proteção e à assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente.

O Projeto está perfeitamente instruído ou seja, preenche todos os requisitos da Lei pertinente à matéria:

- a) Tem personalidade jurídica;
 - b) Está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; e
 - c) Os cargos de sua Diretoria não são remunerados.
- Assim, a medida ora proposta se me afigura humana, social e digna de ser acolhida.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25-4-73

aa) Nelson Buffara — Presidente (em exercício)

Igo Losso — Relator

Ivo Thomazoni — Antônio Lopes Júnior — Paulo Camargo e Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Cambira e dá outras providências.

PARECER

1.) Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 10-73, de autoria do Nobre Deputado Gilberto Carvalho e que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na Cidade de Cambira, neste Estado.

2.) Estando o Projeto de Lei em análise perfeito em seu aspecto formal, não há como negar-se aprovação ao mesmo.

É o parecer. s.m.j.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1973

aa) Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

João Fadel — Relator

Gilberto Carvalho — Álvaro Dias

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70-73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Walter Peracchi Barcellos. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 70-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Walter Peracchi Barcellos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1.973.

(Assinaturas Ilegíveis)

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Walter Peracchi Barcellos, vem ocupando no Banco do Brasil, a Diretoria da Carteira de Crédito Geral e Rural da 6a. Região que abrange os Estados do Paraná e Santa Catarina. Dentro de suas atribuições grande é a parcela de contribuição pessoal que o mesmo vem dando ao desenvolvimento dos citados Estados, mormente do Paraná que é essencialmente agrícola e que porisso mesmo depende mais do auxílio de nosso maior estabelecimento de crédito. Graças ao dinamismo, descortínio e dedicação do Dr. Walter Peracchi Barcellos, comprovamos a atuação sensível do Banco do Brasil em nossa economia. Justo que esta Casa o homenageie, concedendo-lhe o diploma de Cidadão Honorário, previsto no presente Projeto de Lei e para o qual esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 70-73

SÚMULA: Concede o título de Cidadão Honorário ao Dr. Walter Peracchi Barcellos.

I) — O homenageado, atualmente na Diretoria da Carteira de Crédito Geral e Rural da 6a. Região do Banco do Brasil, muito tem feito pelo Estado do Paraná no setor agrícola, dando enorme parcela de contribuição pessoal para o nosso desenvolvimento.

II) — O projeto é legal, constitucional, encontrando-se amparado pela lei estadual 5.638, de 13 de setembro de 1.967.

Nosso parecer é favorável à aprovação deste Plano de Lei.

Sala das Sessões, em 30-5-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83-73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Associação do Bem Estar do Tuberculoso", com sede na Cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 83-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação do Bem Estar do Tuberculoso" (ABET), com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.973.

a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A entidade que propomos seja declarada de Utilidade Pública, desde 1.96, vem prestando desinteressadamente os mais relevantes serviços de ordem social à população de Londrina, por meio de um efetivo atendimento aos por-

tadores de tuberculose desprovidos de recursos. Além disto volta as suas atividades também para o campo preventivo, protegendo aos familiares de doentes, assim como disseminando entre o povo os meios de se evitar a terrível doença. Sua Diretoria não percebe remuneração e a Associação já foi declarada de utilidade pública por Lei Municipal, cuja cópia anexamos, bem como dos Estatutos da Entidade. Contamos com o apoio de nossos Pares para esta Proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 83-73

1 — O ilustre Deputado Olavo Ferreira, visa através do presente projeto de lei, declarar de utilidade pública a Associação do Bem Estar do Tuberculoso — (ABET), com sede e foro na cidade de Londrina.

2 — Referida entidade preenche aos requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria, ou seja; que está em efetivo funcionamento e presta auxílio à coletividade; que adquiriu personalidade jurídica e; que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3 — Dadas as considerações expostas, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Ofício firmado pelo Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, designando os Srs Deputados Armando Queiroz, Borsari Neto, e Fabiano Braga Côrtes, para, juntamente com o Sr. Deputado Paulo Poli, funcionarem, na forma regimental, como Vice-Líderes do Governo desta Casa. — A Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Máximo Pinheiro Lima. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Zanato. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Armim Matte, ex-Prefeito Municipal de Chopinzinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Franco Fari-racci, Cônsul Geral da Itália no Paraná e Santa Catarina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eleutério Gal-dino de Andrade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Borsari Neto e Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela criação, por S.S. Paulo VI, das Dioceses de Umuarama e Cornélio Procópio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela nomeação de Dom José Joaquim Gonçalves, como 1.º Bispo da Diocese de Cornélio Procópio. — **Apro-vado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando que o Sr. Secretário de Educação e Cultura, haja por bem determinar que a Biblioteca Pública do Paraná funcione diariamente até às 22,00 horas, inclusive aos sábados e domingos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Ex-pediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Superinten-dente da Empresa Paranaense de Turismo, encarecendo seja determinado estudos visando a implantação de uma Estância Hidro-Mineral, na cidade de Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, cons-tante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Fundepar, no sentido de que se digne providenciar, as reformas necessá-rias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Oscar Gayer", no Município de Bituruna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando autorização para representar esta Assembléia Legis-lativa, no Congresso Internacional do Lyons Clube, à realizar-se em Miami — Flórida — U.S.A. — no qual pela primeira vez um brasileiro concorrerá ao cargo de Presidente do Lyons Clube Internacional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Ex-pediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Telepar, visando a instalação de um Pósto Telefônico no Distrito de Caló-geras, Município de Arapoti. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante de Ex-pediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando voto de regozijo ao Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazú Médici, pela indicação do Sr. General Ernesto Geisel, para sua sucessão. — **Em discussão.**

O SR. MAURICIO FRUET — (Para encaminhar a votação). — Sr. Pre-sidente e Excelentíssimos Srs. Deputados. O Movimento Democrático Bra-sileiro é o Partido que, na presente conjuntura política do País, tem como objetivo supremo o restabelecimento da normalidade democrática no Brasil. A democracia é compromisso com a História e a formação da naciona-

lidade, como o único sistema que legitima os governos pelo consentimento popular, através do voto direto, secreto e universal, bem como o único ato para conciliar o princípio da autoridade, sem o qual não há governo, com os direitos e garantias individuais, cujo menosprezo é a característica das ditaduras e das oligarquias.

E tendo presentes os princípios jurídicos que norteiam a delegação de poderes do povo aos seus representantes, a qual, em caráter especial, pode validar perfeitamente a escolha democrática pelo voto indireto, do Presidente da República, delegação essa que não houve, pois o povo não se pronunciou sobre nenhuma das reformas constitucionais impostas nem elegeu representantes para tal fim; e mais, que tradicionalmente, o povo brasileiro tem consagrado a eleição pelo voto direto como a que verdadeiramente exprime o seu consentimento, conforme ocorreu no plebiscito do "sim" e do "não".

À vista do exposto, sem questionar os méritos de quem agora se pretende homenagear, o Excelentíssimo Senhor General Emilio Garrastazú Méndez, e o Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, cujas qualidades não se pretende contestar neste momento, a Bancada do MDB nesta Casa,

vota contrariamente à proposição, pedindo a Deus que ilumine os responsáveis pela Nação para clarear o obscurantismo institucional em que nos encontramos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 178-72, 24-73, 33-73, 41-73 e 71-73.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 116-71, 172-73, 14-73, 27-73, 31-73 e 42-73 e dos de Resolução n.os 34-73 e 35-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 1-73, 7-73, 10-73, 70-73 e 83-73

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 210-73.

Levanta-se a Sessão.